

Saúde é sustentação.

Na crise, setor precisa é de investimentos



Sai governo, entra governo. O jogo pouco muda. Na crise, a saúde está na frente. As receitas são reduzidas e o setor, sempre tão relegado, fica ainda pior. Sim, pior e no momento em que a população mais precisa do sistema. O aumento da inflação e do desemprego levam as pessoas ao adoecimento, principalmente as economicamente ativas. É quando mais adoecem e mais precisam de cuidados com a saúde.

E no dia 12 de maio, após o afastamento do governo de Dilma Rousseff, o Brasil passou a ser governado de forma interina por Michel Temer,

que prometeu mudanças. Anunciou em seu primeiro dia no cargo que iria voltar a unir o País e acabar com as crises econômica e política que tanto prejudicam a população brasileira.

Entretanto, ao enviar ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que limita gastos em setores prioritários da sociedade, como educação e saúde, o presidente interino parece não cumprir o que prometeu. Como unir o País, diminuindo investimentos em saúde que piora ainda mais a já caótica realidade da saúde no Brasil? Como acabar com a crise econômica tirando os direitos de

trabalhadores que são a sustentação do País? É bom que fique claro: os profissionais de saúde querem mais, muito mais e não menos!

Investir menos em saúde significa atacar direitos e benefícios duramente conquistados pelos trabalhadores. Menos dinheiro para este setor significa condições ainda piores para os profissionais de saúde atuarem, o que afeta o atendimento à população.

Os trabalhadores devem participar em conjunto com a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo para impedir que esta PEC retrógrada seja aprovada no Congresso Nacional.

Saúde & Luta é uma publicação de responsabilidade da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.
Rua Paula Nery, 533 - Aclimação - SP
Fone: 55 (11) 5575-7427
www.federacaodasaude.org.br
Regional Campinas - Rua Conceição, 233, 17º andar, sala 1.701 - Centro
CEP 13010-916 - Fone: 55 (19) 3397-0993
e-mail: presidente@federacaodasaude.org.br / financeiro@federacaodasaude.org.br

Diretoria Efetiva

Edison Laércio de Oliveira - *presidente*
Paulo Pimentel - *1º vice-presidente*
Erivelto Corrêa Araújo - *2º vice-presidente*
Mychelle Nascimento Francisco - *diretora de Relações Públicas*
Elaine da Silva Amaral - *secretária-geral*
Edna Alves - *1ª secretária*
João do Nascimento Carvalho - *2º secretário*
Valdeir Magri - *tesoureiro-geral*
Aristides Agreli Filho - *1º tesoureiro*
Alexandre Ferreira Corte - *2º tesoureiro*
Sérgio Roberto Balduino da Silva - *diretor de Assuntos da Previdência Social*
Maria das Graças Artur Machado - *diretora de Recursos Humanos*
Paulo Roberto Gondim Richieri - *diretor-procurador*
Leide Mengatti - *diretora de Relações Intersindicais*
Carlos José Gonçalves - *diretor de Legislação e Normas*
Luiz Carlos Vergara Pereira - *diretor de Imprensa e Divulgação*
Maria Hermann - *diretora cultural*
Milton Carlos Sanches - *diretor de Assuntos Parlamentares*
Vera Lúcia Salvádo Pimentel - *diretora arquivista*
Maria Jerusa de Abreu - *diretora de Sede e Patrimônio*

Diretoria - Suplente

Maria Helena Anuniação de Souza, Marcelo Alexandre Cândia dos Santos, Anselmo Eduardo Bianco, Sofia Claudete Rodrigues Borges, Maria Ivanilde de Araújo Almeida, Florivaldo Pereira de Almeida, Maria Cecília da Silva, Maria do Carmo de Oliveira, Arnaldo Batista de Almeida, Marcos Paulo Jordano, Carlos José Suzano da Silva, José Monteiro dos Santos, Susana Chiarelli dos Santos, Marly Alves Coelho, Ana Ferreira da Silva, Shirley Cristina dos Santos Bertin, Elidalva da Silva Lima, Martinho Luiz dos Santos Dias, Taís Aparecida Jacon Matheus e Vera Lúcia Andrade de Oliveira

Conselho Fiscal - Efetivo

Elizabete Antonia Bertin
Rozeléia Barbosa dos Santos
Lierse Christovam de Almeida

Conselho Fiscal - Suplente

Sofia Rodrigues do Nascimento, Natalício Valério da Silva e Francisco Sálvio de Almeida

Delegados representantes na CNTS Efetivos

Marta Alves de Carvalho e
Paulo Cesar Pereira Richieri

Delegados representantes na CNTS Suplentes

Ivone Carrocini e Sebastião Aparecido Matias

Produção: DOMMA Editora de Publicações

Site: www.domma.com.br
E-mail: domma@domma.com.br
Fone (19) 3233-0317
Jornalista responsável:
Sirlene Nogueira (Mtb 15.114)
Redação: Henrique Rodrigues (Mtb 76.818)
Revisão: Vera Bison (Mtb 12.391)
Editoração: Felipe Teixeira
Tiragem: 10 mil exemplares
Gráfica: Hortograph

Editorial**Medidas equivocadas tornam mais difícil a vida dos trabalhadores e da população**

No início de maio, a política no Brasil estava em ebulição. Com o afastamento de Dilma Rousseff, muito se esperou do governo interino de Michel Temer para corrigir os erros da última gestão e retomar o crescimento da economia no País, sem comprometer os investimentos na área da saúde. Entretanto, não tem sido isto que temos visto. Embora seja fundamental que o governo interino promova medidas de corte de gastos para minimizar a crise econômica no Brasil, entendemos que ele está fazendo isto de forma bastante equivocada ao dar sinais claros de que investimentos nas áreas da saúde e educação serão comprometidos. Entre as ações que mais preocupam são a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 e a reforma da Previdência.

A PEC propõe, por prazo de 20 anos, um limite máximo de despesas primárias para cada um dos poderes da União igual às despesas primárias executadas em 2016, atualizadas anualmente pelo índice da inflação. Se aprovada esta proposta, será feito um corte brutal tanto nos investimentos com saúde e educação como em benefícios dos trabalhadores.



Já, na reforma da Previdência, o governo estuda, entre outras medidas, definir uma idade mínima para a aposentadoria, igualar ou pelo menos reduzir a diferença de tempo de contribuição entre homens e mulheres e desvincular os benefícios pagos pela Previdência do salário mínimo.

Já chegou a ser cogitada a idade mínima



de 70 anos para aposentadoria. Ou seja, em Estados, como Maranhão e Alagoas, onde a expectativa de vida entre homens não ultrapassa os 66 anos, os habitantes destas regiões iriam trabalhar a vida toda sem direito à aposentadoria.

A Federação Paulista da Saúde entende que cortes de custos para solucionar as crises econômica e política no País precisam ser feitos, mas não devem atingir direitos e benefícios dos trabalhadores, que foram conquistados com muita luta e mobilização.

A categoria da saúde é contrária às chamadas iniciativas econômicas ditas como transitórias, mas que criam problemas ainda maiores para os trabalhadores.

Para que o Governo Federal não cometa esse erro com a população é fundamental a união dos trabalhadores para pressionar o poder público a realizar

cortes onde realmente precisam ser feitos. Saúde tem que ser trabalhada com responsabilidade pelos nossos governantes e nós não vamos permitir novos retrocessos de direitos para a categoria da saúde.

Edison Laércio de Oliveira, presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo

PEC do governo de Michel Temer propõe retirar R\$ 12 bilhões da área da saúde em dois anos

Em 15 de junho, o presidente em exercício, Michel Temer, enviou à Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que estabelece o teto da despesa pública federal por 20 anos e o congelamento no orçamento na saúde. Embora seja uma medida para amenizar a crise econômica, a PEC causará graves prejuízos para o setor da saúde. Os gastos federais com saúde e educação, que atualmente são vinculados a percentuais mínimos da receita da União, deixariam de variar conforme as receitas. Mantidos os valores mínimos definidos para 2016, passariam a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Essa regra substituiria a recente proposta de Desvinculação de Receitas da União (DRU) aprovada pelo Congresso, que permite a desvinculação de até 30% dos recursos para saúde e educação. Para se ter uma ideia do prejuízo social, em apenas 10 anos da PEC, o governo cortará da educação e saúde cerca de R\$ 465 bilhões, apenas no plano federal. Se a proposta se estender para Estados e municípios pode atingir até R\$ 1 trilhão no período. Somente nos próximos dois anos, a PEC vai retirar R\$ 12 bilhões da área da saúde.

No documento, assinado pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, esta proposta é necessária para a “mudança de rumos nas contas públicas, para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública”. O ministro completa que “dado o quadro de agudo desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, este instrumento é essencial para recolocar a economia em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos”, diz o documento.

O presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, comenta que o governo, com as medidas fiscais anunciadas, mostra sinais de que não irá contribuir para melhorias no setor da saúde. “É difícil imaginar que um governo possa ser tão omissivo aos problemas da área da saúde ao anunciar uma proposta como esta. A Federação



CP DC Press / Shutterstock.com

da Saúde e os trabalhadores são favoráveis aos cortes de gastos no governo, mas não em setores prioritários. Investir menos em saúde significa atacar direitos e benefícios duramente conquistados pelos trabalhadores. Menos dinheiro para este setor vai trazer condições ainda piores para os profissionais de saúde atuarem, o que afeta o atendimento à população”, diz Edison, que avisa: “Toda a categoria da saúde está articulada para tentar impedir que os investimentos na área da saúde não sejam comprometidos em razão da crise.”

Em artigo ao site portal de notícias Nexô, a doutora em economia e professora do Programa de Graduação e Mestrado em Gestão de Políticas Públicas, Ursula Dias Peres, afirma que a Proposta de Emenda Constitucional de Michel Temer vai atingir a parcela mais pobre da população. “Caso venha a ser aprovada, a implementação da proposta vai reduzir as ações estatais de redistribuição de renda, comprometer a oferta de serviços públicos universais, como saúde e educação, e deteriorar investimentos públicos em infraestrutura por mais de duas décadas.” Além da Federação Paulista da Saúde, outras entidades importantes se manifestaram contra o subfinanciamento na área da saúde, proposto pelo Governo Federal. São elas a OAB Nacional, Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).



Tragédia em Sorocaba reforça necessidade de mais investimentos no setor da saúde mental

O descaso do poder público e de gestores da saúde resultam em mais uma vítima. Um auxiliar de enfermagem, de 28 anos, foi morto na manhã do dia 7 de julho por um homem com problemas psiquiátricos no bairro do Éden, em Sorocaba (SP). O profissional foi aplicar medicação em um paciente que passava por tratamento em uma unidade dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), quando foi atingido.

De acordo com Milton Carlos Sanches, presidente do Sindicato da Saúde de Sorocaba e Região e diretor de Assuntos Parlamentares da Federação Paulista da Saúde, esta notícia chocou a área da saúde mental e reforçou a necessidade de maior atenção nesta área. “O atendimento aos usuários de transtorno mental está sucateado. Todos os anos nós alertamos e lutamos pela necessidade de haver mais atenção à área de saúde mental, que é tão menosprezado pelo poder público e pelos gestores dos CAPs”, diz.

Em 2016, três hospitais de saúde mental foram fechados em Sorocaba. O Instituto André Teixeira Lime, desativando 400 leitos e desempregando 170 profissionais da saúde; o Hospital Jardim das Acácias, outros 200 leitos e 200 trabalhadores demitidos e, por fim, o Hospital Mental de Medicina Especializada, com mais 200 leitos fechados e 180 funcionários demitidos.

“Esses cortes de investimentos na área da saúde mental representam grandes retrocessos para melhorias no atendimento.

Quanto menos leitos à disposição para pacientes em estado de transtorno mental, menos qualidade de atendimento”, destaca Milton.

No fim de abril, após os debates no 2º Simpó-

sio de Saúde Mental do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Franca, foi colocada em votação a Carta de Franca, a qual foi aprovada por unanimidade. Este documento destaca as reivindicações da categoria por melhorias no setor da saúde mental.

“A Carta de Franca menciona o que precisa ser feito para melhorar o atendimento à saúde mental no Brasil. Aumento dos investimentos públicos no setor, apoio à efetivação das Redes de Apoio Psicossocial (RAPs), incentivo às iniciativas de gestão de pessoas, entre outras reivindicações. A Federação, em

conjunto com os sindicatos, nunca cruzarão os braços enquanto as reivindicações não forem atendidas”, finaliza o presidente Milton Carlos Sanches.



Federação mobiliza trabalhadores para cobrar do Congresso aprovação das 30 horas e piso nacional da enfermagem

Com a campanha “Democracia Ativa”, criada especialmente para o Facebook, a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo quer mobilizar os trabalhadores da saúde e a sociedade como um todo para pressionar os deputados para que seja acelerada a aprovação de projetos da área da saúde que estão parados no Congresso.

“Sabemos a importância da força popular para conseguir as mudanças que queremos no Brasil. E para termos a efetiva melhoria do atendimento em saúde é preciso que primeiro os trabalhadores sejam valorizados”, afirma o

presidente da entidade, Edison Laércio de Oliveira.

Um dos projetos fundamentais para os profissionais da saúde é o PL 2.295/00, que prevê a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, visando melhor qualidade no atendimento aos pacientes em clínicas e hospitais.

Há 16 anos parado, o projeto precisa ser colocado em votação no Plenário da Câmara dos Deputados e, para que isto aconteça e, conseqüentemente, seja aprovado, os trabalhadores da saúde precisam se mobilizar e pres-

sionar os deputados para que eles tomem a atitude de dar andamento no processo de aprovação.

Além da aprovação das 30 horas, outro projeto de interesse do trabalhador na Câmara é o PL 4.924/09, que fixa o piso nacional para a área de enfermagem. O texto prevê que, se aprovada a lei, os pisos deverão ser corrigidos pela inflação acumulada no período, medida pelo INPC-IBGE.

Para cobrar o seu deputado, você pode entrar em contato com a central de comunicação da Câmara dos Deputados pelo telefone 0800 619 619.

A conscientização do povo traz o progresso

CAMPANHA

DEMOCRACIA ATIVA

A VOZ DO CIDADÃO CONSCIENTE.

acesse: facebook.com/federacao.saude

Lei que proíbe trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres é aprovada e está em vigor



As mulheres grávidas ou que estejam amamentando devem ser temporariamente afastadas de locais insalubres de trabalho. É isto o que estabelece a Lei 13.287/2016, publicada em maio no ‘Diário Oficial da União’, e que já está valendo.

A lei garante à trabalhadora gestante ou em período de amamentação o exercício de suas funções em local saudável durante este período especial. A diretoria da Federação Paulista da Saúde avalia que a legislação avançou ao reconhecer os perigos existentes, tanto para a mãe como para a criança, com a convivência em ambiente insalubre.

A 1ª secretária da Federação, Edna Alves, que também é presidente do Sindicato da Saúde de Jaú e Região, explica como as trabalhadoras podem usufruir do benefício:

“A primeira coisa prática a fazer é verificar em seu holerite se há pagamento de insalubridade. Se houver, não há o que se discutir. O am-

biente é insalubre e desde a confirmação da gravidez até o fim da amamentação, a trabalhadora deve ser mantida afastada de todas as funções insalubres. É lei!”, diz Edna.

A Norma Regulamentadora (NR)15 determina que são consideradas atividades insalubres aquelas em que profissionais têm contato permanente com pacientes com doenças infectocontagiosas ou aparelhos não previamente esterilizados.

A NR estabelece os limites de tolerância e os graus de insalubridade para o pagamento do adicional, que varia de 10% a 40%, conforme o caso.

Entretanto, a falta de informações no texto da Lei 13.287/2016 preocupa a categoria da saúde. Durante o afastamento da empregada, a empresa pode contratar um funcionário

para substituí-la, o que pode gerar inquietude para a profissional afastada, uma vez que ela não contará com a garantia da estabilidade do emprego.

Outro problema que preocupa a categoria é caso o empregador não contrate um substituto durante o afastamento da gestante/lactante e os funcionários do setor podem sofrer pelo aumento da carga de trabalho pela ausência da funcionária afastada. “Mesmo que seja fundamental o tempo parado para cuidar do bebê, os demais trabalhadores não podem sofrer sobrecarga de trabalho. É fundamental que os hospitais contratem novos profissionais para cumprir a função das gestantes afastadas provisoriamente”, conclui.

No entanto, de acordo com Edna, o projeto de lei passou pelo crivo de diversas comissões e foi analisado sob vários aspectos, como constitucionalidade, econômico e social, sendo assim, ao ser transformado em lei, não há por que dizer que a empresa, ao ter que cumprir a lei, seja prejudicada. “Todos, inclusive os estabelecimentos, devem buscar a proteção à saúde do profissional e há que se considerar que trabalhador protegido produz mais, tem menos possibilidade de acometimento de moléstias comuns do trabalho e risco de acidentes”, afirma Edna.



Edna

Franca sedia o 2º Simpósio de Saúde Mental

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre a política implementada na área da saúde mental, a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo promoveu o 2º Simpósio de Saúde Mental do Estado de São Paulo.

O evento aconteceu na Câmara Municipal de Franca, no dia 28 de abril e contou com cerca de 200 pessoas, entre dirigentes sindicais do Estado e várias autoridades, como o prefeito municipal de Franca, Alexandre Augusto Ferreira, a secretária de Saúde de Franca, Rosane Moscardini Alonso, o ex-deputado federal, Marco Aurélio Ubiali, o presidente da Pró-Saúde Mental, Arnaldo César Coutinho, entre outros.

Abrindo os trabalhos, o presidente da Federação, Edison Laércio de Oliveira, falou da importância de debater um assunto de suma

importância para a sociedade, a fim de resgatar a cidadania das pessoas portadoras de transtornos mentais.

Na sequência, passou a palavra ao prefeito de Franca, Alexandre Augusto Ferreira, que alegou ser necessário dar mais atenção a esta área, com



Vergara

investimento não só em equipamentos, mas em estrutura e com profissionais especializados, “pois nesta área estão pacientes especiais que necessitam de um atendimento diferenciado. Precisamos manter os hospitais psiquiátricos de portas abertas e o governo precisa criar

uma política de investimento”, afirmou.

Todos foram unânimes em falar sobre a falta de investimento na saúde mental. Sem estrutura e sem recursos, os hospitais não sobrevivem e os

pacientes são transferidos para outros hospitais ou levados para casa. “Para que o paciente vá para o seio da família, ela tem que ter estrutura e saber cuidar”, diz secretária de Saúde de Franca, Rosane Moscardini Alonso.

Após as os pronunciamentos, os presidentes

dos 13 sindicatos da Saúde, filiados à Federação, fizeram suas apresentações, mostrando o cenário caótico da saúde mental em suas regiões.

Os anfitriões do simpósio, Elaine Amaral, presidente Sindicato da Saúde de Franca e secretária-geral da Federação; e Luiz Vergara, diretor de Comunicação da Federação Paulista da Saúde, vice-presidente do Sindicato da Saúde de Franca e vereador por

Franca, fizeram um panorama da saúde como um todo, principalmente no que se refere à saúde mental. “São pessoas dependentes e que necessitam de tratamento específico. É pre-



Elaine



Nelson Fernandes



Arnaldo Coutinho



Mesa de autoridades



Marco Aurélio Ubiali e Edison Oliveira

ciso que um novo modelo de saúde mental seja implantado e que cada município dê sustentação para manter os pacientes portadores de deficiência mental, disponibilizando todo equipamento necessário, tanto para o paciente quanto para a família”, diz o vereador Vergara.

Thais Soboslai, coordenadora técnica do Ministério da Saúde, e Rosângela Elias, coordenadora estadual de Saúde Mental, apresentaram vários depoimentos de pessoas com transtornos mentais que foram inseridos no seio da família e conseguiram sua autonomia. Para Thais, é necessário buscar recursos e capacitar os hospitais gerais para que eles possam acolher o paciente em momentos de crise e depois encaminhá-lo para um local estruturado para o tratamento adequado para este paciente poder ser inserido novamente na sociedade. “Isto seria o ideal e o humano e estamos trabalhando muito para ver esta realidade, inserindo o paciente no mundo real, com autonomia. Para reabilitar o paciente com transtornos mentais é necessária a participação da sociedade, da família e de profissionais de saúde”, diz. Para o promotor da Saúde Pública de Franca, Eduardo Tostes, mesmo com o avanço da ciência, a área da

saúde ainda se encontra num caminho de retrocesso. “Temos muitas barreiras, mas temos que articular formas para dar qualidade às pessoas com transtornos mentais, mesmo com toda a dificuldade que envolve todo o processo cultural, quando o assunto é mudança de atitude”, diz. Arnaldo César Coutinho, presidente da Pró-Saúde Mental, e Nelson Fernandes Júnior, assessor da entidade, lembram que, por meio de normas e recursos, é possível transformar os hospitais psiquiátricos numa rede de atenção psicossocial e transformar os espaços físicos, atualmente ocupados por hospitais, em centros comunitários voltados para a formação profissional e promoção da cidadania. “Este é um projeto que estamos construindo, mas é preciso incentivo financeiro dos governos Federal, Estadual e municipais”, diz Arnaldo Coutinho.

Após os debates, foi colocada em votação a Carta de Franca do 2º Simpósio de Saúde Mental do Estado de São Paulo, a qual foi aprovada por unanimidade.



Thais Soboslai



Rosângela Elias



Rosane Moscardini



Eduardo Tostes



Diretoras do Sindicato da Saúde de Jaú



Na Carta de Franca, propostas apontam solução para o setor de saúde mental

Após os debates no 2º Simpósio de Saúde Mental do Estado de São Paulo, foi colocada em votação a Carta de Franca, a qual foi aprovada por unanimidade. O documento contém propostas sobre investimentos necessários na área da saúde mental e é assinada por Edison Laércio de Oliveira, presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, e por Arnaldo da Silva César Coutinho, presidente do Pró-Saúde Mental.

2º SIMPÓSIO DE SAÚDE MENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CARTA DE FRANCA

A Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo e seus sindicatos associados, a Pró-Saúde Mental e seus associados, reunidos no 2º Simpósio de Saúde Mental do Estado de São Paulo, realizado em 28 de abril de 2016 na sede da Câmara Municipal de Franca (SP) e decorridos os trabalhos e discussões, afirmam e reivindicam o que segue:

- Aumento do investimento da saúde pública em saúde mental para no mínimo 7% nas três esferas de governo.

Quanto mais dinheiro na saúde, melhor. Os trabalhadores terão melhores salários, melhores condições de trabalho e um sindicato ainda mais forte para defender os direitos da categoria.

- Incentivo oficial, por meio de normas e recursos, à transformação dos hospitais psiquiátricos, visando à complementação da rede de atenção psicossocial e a transformação dos espaços físicos atualmente ocupados pelos hospitais em centros comunitários voltados à formação profissional e promoção da cidadania.

Embora a Federação da Saúde, junto sindicatos e trabalhadores, tenham conquistado benefícios na área da saúde mental, como o tratamento mais humano aos portadores de deficiência mental, muita coisa ainda deve ser feita. Para conquistar mais, é necessário melhorar as condições de trabalho e transformar os atuais centros de atendimento em espaços ainda mais propícios ao atendimento.

- Liberação de verbas públicas de custeio para socorro imediato às organizações dispostas a se transformarem nos moldes discutidos neste seminário, visando, sobretudo, a quitação de verbas trabalhistas.

A Liberação destes recursos irá ampliar o atendimento aos portadores de deficiência mental e, conseqüentemente, promover atendimento mais humano aos pacientes.

- Incentivo financeiro às iniciativas de gestão de pessoas, capacitação e treinamento dos profissionais de saúde, especialmente aqueles voltadas à saúde mental.

Promover incentivos para ações que buscam promover melhorias no setor da saúde é fundamental para os hospitais se tornem mais eficazes no atendimento à população.

- Apoio à efetivação da RAPS em suas diversas modalidades de serviços (Portaria MS/GM 3.088 de 2012) em parceria com as organizações de saúde mental que atualmente mantêm os hospitais psiquiátricos, garantindo o aproveitamento de profissionais experientes, tecnologia assistencial e estruturas comunitárias.

A Rede de Atenção Psicossocial é um importante trabalho que busca consolidar um atendimento aberto e comunitário de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas. Apoiar estes trabalhos é fundamental para melhorias na área da saúde mental.

- Valorização e melhoria das condições de trabalho (salários, cuidados com saúde e segurança do trabalhador, respeito às normas e convenções).

Este trecho se refere às administrações de hospitais que não cumprem acordos com os trabalhadores e a leis trabalhistas. Os direitos dos trabalhadores devem sempre ser cumpridos pelos empregadores.

- Criação de condições econômicas e organizacionais para o cumprimento integral as normas por parte de empregadores e empregados especialmente no que concerne a saúde e segurança dos trabalhadores, estabelecidos na NR-32.

O cumprimento das normas estabelecidas na NR-32 para a segurança de trabalho é de responsabilidade da gestão dos hospitais. A Federação em parceria com os sindicatos filiado continuarão mobilizando os trabalhadores quando as regras não forem aplicadas.

- Participação do controle social na organização da rede de atenção psicossocial e monitoramento da eficiência dos serviços.

Esta proposta propõe aumentar a fiscalização aos atuais estabelecimentos de saúde mental com o objetivo de corrigir eventuais problemas no atendimento.

Convictos de que os pontos acima trabalhados podem colaborar muito na solução da grave crise pela qual passa a saúde mental, firmamos a presente carta de intenções que foi aprovada por unanimidade pelos 150 delegados deste 2º Simpósio de Saúde Mental do Estado de São Paulo, representantes de todas as regiões do Estado.